

A Avaliação Institucional e a Acreditação como Base para Qualidade em Ensino à Distância¹

Fátima Cunha Ferreira Pinto
Carlos Alberto Pereira de Oliveira

RESUMO

O artigo expõe a problemática da Avaliação Institucional e Acreditação como base para Qualidade de Ensino à Distância em uma sociedade do conhecimento. Analisa a metodologia do ensino à distância, comparando-a com a do ensino convencional, e sua importância para os países desenvolvidos. Também relata a Política Brasileira de Educação à Distância e programas educacionais criados nessa área, tais como: TV Escola, PROINFO, PROFORMAÇÃO e PAPED, analisando seus pontos fracos e fortes e reconhecendo a importância da expansão da Educação à Distância para além dos programas não-acadêmicos e cursos de pós-graduação. Finaliza ressaltando a importância da Avaliação Institucional e

**Fátima Cunha
Ferreira Pinto**

*Ph.D em Educação,
Universidade Nacional de
Ensino à Distância, Madri,
Espanha*

*Assessora de Projetos
Especiais, Fundação
Cesgranrio*

**Carlos Alberto
Pereira de Oliveira**

*Mestre em Educação,
Universidade Federal
do Rio de Janeiro*

*Professor na Faculdade de
Educação e do Instituto de
Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade
do Estado do Rio de Janeiro*

Acreditação na melhoria dos serviços oferecidos à sociedade como um todo e, principalmente, como apoio ao crescimento e melhoria de qualidade da Educação à Distância no Brasil.

Palavras-chave: Educação à distância – Avaliação – Acreditação – Avaliação institucional – Ensino Fundamental.

Introdução

Na sociedade do conhecimento, os bens culturais e educacionais de um país são as coisas mais importantes para seu crescimento contínuo e desenvolvimento sustentável. Durante a era Medieval, a propriedade da ter-

¹ Trabalho apresentado no 27th Annual IAEA Conference. 6 a 11 de maio de 2001, Rio de Janeiro e no 20th World Conference on Open learning and Distance Education. 01-05 de Abril de 2001. Düsseldorf, Germany.

ra e de seus membros provava a riqueza de um estado; mais tarde, a propriedade de fábricas de produção e equipamentos. Atualmente, é a capacidade de desenvolvimento permanente de novos e mais apropriados serviços e produtos, como resultado de inventividade e conhecimento, que mostra a riqueza de corporações e sociedades.

E como uma sociedade pode alcançar tais padrões? O que pode ser feito para expandir os padrões culturais e educacionais? Como a prosperidade pode ser adquirida na sociedade do conhecimento, baseada na tecnologia, comunicação global e globalização das economias?

É importante rever a opinião de Reidar Roll (apud. Pascual & Misrahi, 1999, p.8) sobre o futuro das universidades:

"Portanto, os modelos tradicionais de universidade que sobreviveram por séculos sem grandes desafios terão que mudar e se adequar a esta nova realidade, a esta nova era, para não desaparecer (...). As universidades abertas, baseadas em tecnologia obsoleta, terão que mudar e mudar rapidamente. Senão elas serão uma mera nota de rodapé na história da educação".

Realmente acreditamos que a única resposta para estas perguntas é a expansão do ensino formal e a introdução da educação contínua como uma estratégia de sobrevivência para o desenvolvimento social e para a economia.

O Papel da Educação à Distância na Sociedade do Conhecimento

Reidar Roll prevê que "nos próximos dez anos, a globalização do sistema econômico terá um efeito significativo nas formas e meios que sempre usamos para educar pessoas" (*ibid.*, p.8). E, se queremos ver bons resultados nestes esforços, temos que considerar a educação à distância como a base para educar mais pessoas, em qualquer lugar, a qualquer hora.

É inegável que a educação à distância tem mostrado um imenso crescimento e mudanças de perspectivas desde meados de 1990 e, como foi dito por Mariano Jabonero Blanco (*ibidem*, p.13), "podemos assegurar que a educação a distância global perdeu suas perspectivas compensatórias e auxiliares e se tornou uma solução alternativa para uma educação cara a cara".

Para que a educação à distância seja capaz de enfrentar os desafios à sua expansão, é importante que os políticos enfatizem a necessidade de manutenção das instituições, programas e cursos de educação à distância (ED). Esta manutenção tem que ser centrada em juntar esforços dos setores públicos, privados e não-governamentais com o objetivo de reconhecer a ruptura de um círculo vicioso que, em países como o Brasil, continua fazendo a ED ser reconhecida como oferta educacional de segunda classe, articulando as instalações existentes, a tecnologia de comunicação instalada e as redes de educação à distância, públicas e privadas, como fundamentos para a educação à distância, ferramentas estratégicas para lutar contra desigualdade e falta de oportunidades educacionais.

Blanco (1999, p.13) também aponta para a importância da manutenção na ED e enfatiza o que considera elementos críticos para isto:

- a) falta de estudos sobre o processo de aprendizagem de adultos baseados em novas tecnologias;
- b) as relações diretas que estão sendo estabelecidas entre educação, tecnologia e mercado;
- c) a organização e financiamento da ED.

Por exemplo, um estudo recente do Departamento de Educação dos Estados Unidos baseado em dados de 1994 – 1995 relatou que três quartos das grandes instituições de educação superior e dois terços das instituições de ensino ofereciam cursos e programas à distância. Estas proporções têm crescido constantemente desde então. Hoje, mais ou menos 75% das faculdades e universidades americanas estão oferecendo cursos ou programas de aprendizagem à distância, e outros 10% de instituições de ensino superior e médio planejam fazê-lo no futuro.

Como o número e a origem das instituições que oferecem cursos e programas usando a educação à distância crescem, a qualidade da oferta é um risco. Temos que estar cientes de que, nacional e internacionalmente, há muitas “fábricas de diplomas” prometendo dar a qualquer um qualquer grau ou certificado por dinheiro.

Também, devido ao crescimento de uma estratégia internacional de *marketing*, as corporações têm decidido incluir seriamente ED na perspectiva de desenvolvimen-

to dos recursos humanos diretos e indiretos e têm investido na implementação do que eles chamam de “universidades corporativas”. Estes setores das organizações não objetivam diplomas e certificados, mas a educação contínua, de qualidade e de objetivos claros de desenvolvimento em harmonia com a missão e projetos da corporação.

Por outro lado, ninguém pode negar que uma das consequências da globalização educacional foi o desenvolvimento de programas de ED como um produto numa escala industrial, oferecido por instituições localizadas em algum lugar do planeta. As características desses projetos indesejáveis são:

- a) a extrema centralização dos mesmos numa perspectiva dependente;
- b) o uso de uma variedade de mídia para alcançar os lugares mais remotos, sem nenhuma preocupação com as diferenças culturais e sociais;
- c) o conhecimento como um produto de mercado, objetivando lucro econômico da instituição que é responsável pela sua oferta.

Com a ED nas mãos de tais instituições, corremos o risco de uma homogeneização cultural e uma relação dependente permanente entre as sociedades desenvolvidas e emergentes. Bem ao contrário, devemos estar objetivando o desenvolvimento de uma “política de pluralidade de ED, enfocando o reconhecimento da diversidade cultural e as múltiplas formas com que cada sociedade define sua visão constitutiva, para solucionar seus próprios problemas”.

Uma das soluções para os inconvenientes listados acima é o estabelecimento de uma regulamentação básica para o oferecimento de programas formais e cursos pelas instituições nacionais e internacionais. Mas somente isto não garante qualidade e transparência, que são as condições para a escolha dos prováveis estudantes. Temos que impedir os alunos de tomar decisões às cegas, promovendo o reconhecimento formal de instituições, cursos e programas que alcancem padrões de qualidade, por meio de uma metodologia apropriada que, externa e internamente, os avalie e, conseqüentemente, leve à acreditação,

Portanto, um provável aluno deve sempre ter uma lista para descobrir mais sobre as escolhas que lá existem. Primeiramente, é relevante apontar que o crescimento das escolhas não está projetado com esforços para avaliar e acreditar as instituições, cursos e programas de educação à distância. Por outro lado, é de suma importância ter um regulamento governamental claro, que, cuidadosamente, garanta que os resultados exímios a uma oferta específica atinjam os padrões estabelecidos oficialmente.

Há dificuldades dos candidatos em descobrir a instituição, programa ou cursos apropriados para suas necessidades. Isto ocorre especialmente porque ainda não é fácil encontrar material sobre avaliação de sistemas educacionais e, ainda mais difícil, encontrá-lo para a educação aberta e à distância para adultos. De qualquer forma, temos que apontar algumas diretrizes para a avaliação das instituições, programas e cursos de ED:

- a) A única diferença entre educação "cara a cara" e à distância deve residir na metodologia e não em competições e resultados esperados.
- b) A mídia usada deve ser adequada a realidades e possibilidades dos alunos e nunca deve ser o foco da Educação à Distância.
- c) A avaliação dos alunos deve refletir um resultado natural dos processos pedagógicos usados para fazer com que aprendam. Portanto, avaliação deve ser uma conseqüência natural do processo e seus instrumentos são ferramentas para fazer com que ela seja mais precisa.
- d) Deve ser incrementado o desenvolvimento da auto-avaliação e do auto-estudo institucional, para estabelecer os esforços de sucesso e eventuais fracassos no processo.
- e) Deve ser desenvolvido um sistema coerente de avaliação, que leve em consideração o processo de aprendizagem, o processo de ensino e os instrumentos de avaliação usados, ultrapassando mera quantificação e medida unilateral e estabelecendo um processo de co-responsabilidade.
- f) Deve ser implantado um sistema de avaliação que incorpore todos os passos para o curso ou programa de ED, do seu desenvolvimento até sua implementação para, continuamente, ajustá-lo aos resultados da avaliação. A instituição e a comissão externa de acreditação devem avaliar o sistema como um todo a fim de considerar seus pontos fortes, pontos fracos, os pontos a serem enfatizados e os aspectos que

precisam ser mudados.

- g) Uma atitude aberta para a acreditação independente dos cursos e programas.

É por isso que o desenvolvimento de uma metodologia apropriada para a avaliação dos programas, cursos e instituições que fornecem serviços educacionais, em qualquer nível ou modalidade, através da Educação à Distância e Educação Aberta, é uma alta prioridade para os países em desenvolvimento.

Política Brasileira de Educação à Distância

A ED no Brasil não mereceu uma categoria institucional e governamental até os anos 90. Embora envolvendo muitos profissionais dedicados e investimentos dos setores públicos e privado, todos os esforços foram dispersos, desorganizados e descontínuos. Ao mesmo tempo, a ED foi vista como uma modalidade compensatória e auxiliar de aprendizagem para aqueles que não podiam comparecer à educação de primeira classe.

Foi só em dezembro de 1995 que o Governo Federal decidiu reconhecer a Educação à Distância entre as políticas educacionais públicas que são implementadas e discutidas. A Secretaria de Educação à Distância no Ministério de Educação atua em quatro amplos programas. O programa cujos resultados têm sido mais visíveis é conhecido como TV Escola. Há também o Pro-

grama Nacional de Informatização (PROINFO), o Programa de Formação de Docentes para a Educação Básica (PROFORMAÇÃO) e o Programa de Apoio à Pesquisa em Educação à Distância (PAPED).²

A **TV Escola** está dirigida para o serviço de qualificação de professores e administradores de escolas públicas, assim como para o enriquecimento de atividades pedagógicas através do uso de vídeos especialmente produzidos para escolas públicas em um nível básico, utilizados em todo o Brasil. Desde sua implementação, a quantidade de escolas públicas que estão participando na TV Escola, em todo o território nacional, tem crescido a uma proporção de 9 entre 10 escolas com mais de 100 alunos matriculados. Cada aluno possui um kit da TV Escola, que inclui um aparelho de televisão, equipamento de emissão via satélite e um aparelho de videocassete. Programas de televisão foram produzidos e material pedagógico de apoio foi usado por professores qualificados para o uso de TV e vídeo em suas atividades de salas, tornando a TV Escola uma ferramenta para a continuidade da sua própria educação.

É importante mencionar que o programa tem sido externamente avaliado (metodologias quantitativas e qualitativas foram usadas) desde sua implementação. Considerando os dados reunidos pelos avaliadores externos, deve-se admitir que o programa provou ser bem sucedido. Alguns números a serem mencionados são:

² Os dados sobre os Programas de ED mencionados estão na homepage do INEP, www.mec.gov.br/inep.

- a) 529.000 professores e 13.000.000 alunos estão em escolas que participam do programa;
- b) de 1997 a 1999 o número de escolas cresceu 17% no Brasil; regionalmente, no Nordeste (mais pobre e com os piores resultados educacionais) cresceu 29%;
- c) um grande esforço ainda tem que ser feito pelo estado federal e, particularmente, pelos governos da cidade para estimular a incorporação da mídia nas atividades pedagógicas diárias dos professores, já que 49% deles ainda não usaram o método.

O **PROINFO** está dirigido para o amplo uso da tecnologia de computadores nas escolas públicas. O governo federal já distribuiu 30.000 equipamentos de PC, embora o projeto tenha sido desenhado para a compra de 100.000 computadores. Há 2.477 escolas públicas participando do PROINFO, com 20.557 professores treinados por 1.419 supervisores e 246 Núcleos de Tecnologia Educacional. O programa de treinamento está baseado na estratégia de professor treinando professor.

Diferentemente do TV Escola, o PROINFO tem enfrentado muitas dificuldades no seu desenvolvimento e implementação:

- a) aparelhos de televisão estão na casa de aproximadamente 90% da população, portanto o uso dela nas atividades da escola é parte da vida dos professores e dos alunos, diferentemente dos computadores;

- b) as diferenças de desenvolvimento regional e desigualdades na sociedade brasileira. Algumas escolas estão em áreas cujas condições de vida podem ser comparadas às dos países africanos mais pobres e a infra-estrutura não permite a difusão da tecnologia;
- c) a pouca qualificação dos professores da escola, especialmente considerando a educação contínua. Portanto, a introdução da tecnologia nas suas atividades depende mais de maiores investimentos no desenvolvimento humano do que na aquisição de *hardware*;
- d) a progressiva centralização do programa, principalmente no nível estadual, continua causando um tempo variável entre a entrega do equipamento e esforços mais conclusivos para estabelecer a cultura tecnológica nas escolas por meio de qualificação massiva e o desenvolvimento de *software* adequado ao cenário educacional brasileiro;
- e) recursos tecnológicos ainda são pobremente usados em atividades pedagógicas; na maioria das vezes os computadores têm sido usados no nível administrativo nas escolas, mas também sofrendo os efeitos da defasagem tecnológica.

O **Serviço Interno de Treinamento de Professores (o Programa de Formação de Docentes para a Educação Básica/PROFORMAÇÃO)** foi lançado em janeiro de 2000, dirigido para a educação contínua de professores com pouca qualificação, a fim de alcançar os requisitos

impostos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei Federal 9394/96) e a visão proposta na Lei Federal 9424, introduzindo um fundo especial para o programa de qualidade nas escolas elementares e o reconhecimento profissional dos professores (**FUNDEF**). Ele foi desenvolvido com o esforço conjunto governamental com a União Nacional das Secretarias Municipais de Educação (UNDIME) e o Conselho Nacional das Secretarias Estaduais de Educação (CONSED). Aos professores que estão sendo qualificados será concedido um certificado de Ensino Médio para trabalhar em creches, pré-escolas e nos quatro primeiros anos da educação fundamental. Este é um programa de Educação à Distância que usa principalmente material impresso e vídeos para reforço e motivação, e também o apoio de um instrutor.

Algumas dificuldades têm que ser combatidas para fazer com que este programa seja tão bem sucedido como o TV Escola. O programa deve:

- a) envolver não somente o público da área educacional, mas toda a sociedade, incluindo as instituições privadas, ONGs e o terceiro setor;
- b) superar a ausência de uma política de incentivo ao trabalho e os salários baixos que pagam aos professores, que vêem muito poucas chances de melhores condições de trabalho ao fazer o curso, especialmente se eles estiverem perto da aposentadoria e pertencerem ao setor público;
- c) superar a ausência de uma política de incentivo para que os professores que estão sendo qualificados

continuem seus estudos nos programas de Ensino Médio.

○ **Programa de Pesquisa em Educação à Distância (PAPED)**, iniciado em 1997, está desenhado para apoiar financeiramente alunos de Mestrado e Doutorado que pesquisem sobre a aplicação educacional da Tecnologia da Informação e Comunicação.

É importante enfatizar que foi somente depois das Leis Federais Brasileiras n. 9.394, publicada em 20 de dezembro de 1996, e 10.172, publicada em 10 de janeiro de 2001, que a ED foi legalmente incluída como uma política que deve ser regulamentada, desenvolvida, implementada e avaliada. E, legalmente, é dever primordial do Governo Federal estabelecer os padrões para a expansão da ED:

“O Governo Federal é responsável pelo reconhecimento das instituições que estão autorizadas a oferecer cursos usando a Educação à Distância, assim como por estabelecer condições para os exames e o reconhecimento de certificados e diplomas”.

Afirma-se claramente a perspectiva de um esforço conjunto dos “sistemas educacionais para normalizar a produção, o controle e a avaliação dos programas, e também a autorização para sua implementação”. (Brasil. Lei n. 10.172, p. 12).

Embora muitos alunos e professores universitários continuem menosprezando a educação à distância, a Lei n. 10.172 enfatiza seu papel para o desenvolvimento da sociedade brasileira:

"Considerando a necessidade da democratização do acesso à educação, especialmente no Brasil, já que há um enorme déficit educacional e desigualdades regionais, os desafios podem ser encarados usando a Educação à Distância como um meio subsidiário de grande eficácia". (ibid. p. 12).

Neste rumo, a Lei Federal Brasileira 10172 dita:

2- o estabelecimento de padrões éticos e estéticos que irão garantir a qualidade do material produzido. Este desafio deve ser enfrentado com a cooperação do governo Federal, Estadual e Municipal; (...)

5- o propósito da nova legislação que regulamenta deve ser apreciado pelo Congresso, para permitir ao setor público difundir os programas educativos pela televisão comercial aberta e canais de rádio; (...)

9- o estabelecimento de uma parceria entre o Ministério do Trabalho, o setor produtivo e as instituições dedicadas à qualificação profissional e social de empregados para produzir e difundir os programas de educação profissional; (...)

11-a oferta imediata de cursos de graduação dirigidos para a qualificação após o ensino médio aos professores,

12- o aumento contínuo de oferta de cursos após o ensino médio para todas as

qualificações e áreas de conhecimento, em parceria com instituições de ensino superior;

13- incentivos para estimular a qualificação de profissionais no uso pedagógico da Educação à Distância;

14- o financiamento e apoio à pesquisa sobre as perspectivas e implicações da Educação à Distância na nossa sociedade;

15- qualificação de 150.000 professores e 34.000 empregados técnicos em cinco anos. O planejamento é promover um aumento anual de 20% após esta meta.

Mas, bem distante deste discurso, é importante ter uma visão mais ampla e afinada da Educação à Distância, devido ao desenvolvimento da tecnologia da comunicação e sua aplicação na educação. Temos que incluir todas as possibilidades criadas por tal desenvolvimento para permitir a oferta de todo tipo de mídia a todos os níveis educacionais, desde o uso do correio regular, rádio, emissoras de TV até as possibilidades criadas pela Internet e os materiais baseados na computação. Essa mistura de mídia deve criar oportunidades de uma real convergência adaptadas para a realidade e as condições dos prováveis alunos, objetivando a qualidade da instituição, programa e curso.

Apesar de todas as intenções estabelecidas pelas leis que regulam o ensino superior brasileiro, as experiências em educação à distância são de pouca significância, restringindo-se principalmente aos

programas não-acadêmicos e cursos de pós-graduação, devido à ausência de regulamentação clara e efetiva e falta de autonomia imposta pela Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que ameaçou a condição autônoma das universidades. Portanto, depois de mais de quatro anos de reconhecimento legal, nada além de poucos cursos antes da graduação e de graduação foram oferecidos e autorizados. Este cenário está longe das necessidades desejadas de flexibilidade, adaptabilidade, sustentabilidade e qualidade dos serviços, condições necessárias para o êxito da Educação à Distância e da Política de Educação Aberta.

Avaliação Institucional e Acreditação como Instrumentos da Qualidade Educacional e Democratização de Oportunidades: o Caso Brasileiro

Como *Maria Helena G. de Castro* (2000), Presidente do Instituto Nacional de Estudos Educacionais e Pesquisa (INEP), apontou,

“nos anos 90, o Brasil começou a empreender esforços consideráveis com o objetivo de desenvolver e estabelecer indicadores educacionais e sistema de avaliação em toda a nação. Estes esforços foram intensificados depois de 1995 e, como resultado, em poucos anos o Brasil foi capaz de criar um sistema de informação eficiente, abrangendo todos os níveis e modos de edu-

cação, percorrendo desde a pré-escola até os níveis de graduação”.

É da responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos Educacionais e Pesquisa (INEP) avaliar sistemas e projetos. Hoje em dia, ele leva a cabo três grandes escalas de sistemas nacionais de avaliação:

- a) O Sistema Nacional para a Avaliação do Ensino Fundamental e Ensino Médio (SAEB);
- b) O Exame Nacional de Cursos (ENC);
- c) O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

O objetivo do **SAEB** é a avaliação dos alunos das 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e da performance daqueles das 2ª e 3ª séries do ensino médio, selecionados nacionalmente entre os matriculados nas escolas públicas e particulares. Eles são testados em Português (leitura) e Matemática e são avaliadas suas condições sociais, econômicas e culturais, assim como seus hábitos de estudo, prática de ensino, gerenciamento e infra-estrutura das escolas investigadas.

O objetivo principal do **ENC** é avaliar os cursos de graduação em todo Brasil, ministrando um exame para todos os alunos seniores quando eles terminam seus cursos. A participação das instituições de ensino superior e dos alunos é mandatária.

O **ENEM** é um exame anual cujo objetivo principal é avaliar a performance dos alunos que completaram sua educação básica. Não é um exame mandatário e

qualquer um que termine sua educação básica pode fazê-lo quantas vezes quiser. A testagem é desenhada para medir as competências fundamentais e, portanto, não está orientada para o conteúdo. Algumas instituições de ensino superior, tanto privadas quanto públicas, aceitam os resultados do candidato como uma das condições de admissão.

Devido a esses esforços empreendidos pelo INEP no Brasil, o país está agora participando do Projeto de Indicadores da Educação Mundial (WEI), criado pela UNESCO e pela OECD no Laboratório Latino-Americano para Avaliar a Qualidade da Educação (LLECE criado em 1994 pelo OREALC) e do Programa Internacional para Avaliação dos Alunos (PISA – Projeto 2000), coordenados pelo OECD.

Como citado por Castro,

“a participação brasileira nesses projetos reafirma a dedicação para construir um sistema nacional de informação e avaliação educacional nos quais é essencial monitorar a performance dos sistemas educacionais e formular políticas educacionais, por conseguinte reduzindo desigualdades e promovendo melhorias na qualidade da educação”.

A Fundação Cesgranrio³ tem sido um parceiro regular do Ministério da Educação Brasileiro na implementação e execu-

ção de todos os exames acima mencionados. Considerando o SAEB, a instituição é responsável pela produção das questões de pré-testagem dos exames, a preparação das brochuras de texto, vídeos para o treinamento de supervisores e outras equipes responsáveis pela aplicação do teste, elaboração e interpretação das escalas de proficiência em leitura e matemática, e a apresentação do Relatório Final.

Nós, na Cesgranrio, no caso do ENEM, somos responsáveis pela reprodução de testes, a correção de redação, sua aplicação, incluindo o treinamento do pessoal, o processamento, a análise dos dados coletados, o resultado das folhas de desempenho individual para os candidatos e o Relatório Final.

Considerando o ENC, a parceria envolve a base de dados dos candidatos, a preparação dos testes e instrumentos, aplicação e correção dos testes, resultado das folhas de desempenho individual e o Relatório Final.

É importante mencionar que alguns estados e governos estaduais estão começando a desenvolver uma avaliação institucional para identificar a qualidade de suas escolas. O Estado do Rio de Janeiro lançou um programa chamado NOVA ESCOLA, que tem um componente de avaliação externa que está dirigido a três áreas específicas:

³ Informações sobre os projetos de que a Fundação Cesgranrio participa podem ser encontradas na sua página da WEB www.cesgranrio.org.br.

- a) o desempenho dos alunos em testes de competência;
- b) resultados da administração da escola, incluindo financiamento, inovação e a participação da comunidade no processo de tomada de decisão;
- c) resultados da escola considerando taxas de aprovação e evasão.

A participação das escolas é voluntária. O componente da avaliação é levado a cabo pela Fundação Cesgranrio, a qual é totalmente responsável por todo o processo, incluindo visitas a cada escola (mais de 1.900 escolas no ano 2000), preparação e análise dos instrumentos e dos resultados do relatório individual da escola, relatórios regionais e um relatório final governamental. A maioria dos documentos e instrumentos analisados em 2000 foram um auto-estudo de cada escola. Depois disso, oficiais do Estado traduziram os relatórios avaliativos em uma apreciação ao professor e nos salários do pessoal. Atualmente, esses oficiais estão objetivando um plano de desenvolvimento que inclui a continuidade da educação de professores e administradores e a solução para problemas de infra-estrutura, tais como: falta de linhas telefônicas, eletricidade e obras de restauração.

Apesar de todos os esforços governamentais, a introdução de uma cultura de avaliação no sistema educacional não tem sido uma tarefa fácil, especialmente no nível superior. Tem havido resistências de faculdades que costumavam fazer o que acreditavam ser o certo; de alunos que reclamam que é injusto estabelecer um sistema de avaliação externa no final dos seus

estudos de graduação; e de instituições que reclamam que é injusto colocar muita ênfase na testagem geral dos alunos, não reconhecendo desta forma, os esforços institucionais para a melhoria.

Ao mesmo tempo, não se pode negar que a introdução da avaliação como uma política pública tem sido de grande importância para encarar assuntos como:

- a) definição de um critério de fundo público que torne os sistemas mais iguais;
- b) estabelecimento de padrões de qualidade na educação em níveis diferentes, exceto para diferentes modalidades de oferta, como no caso da Educação à Distância;
- c) consciência da necessidade de esforços institucionais para a continuidade da educação dirigida aos professores de escola e qualificação de professores do ensino superior;
- d) administração escolar, participação pública e autonomia das instituições para melhor adequação dos seus projetos às necessidades da comunidade e regionais;
- e) realce na transparência dos resultados das instituições públicas;
- f) reconhecimento da avaliação institucional interna e externa como pré-requisito para o estabelecimento de uma acreditação independente como política educacional.

Consideramos que, como consequência natural dos resultados da avaliação, como um aspecto cultural das organiza-

ções, temos o estabelecimento de processos independentes de acreditação. É importante definir claramente "acreditação", como o faz Dagnino, (2001, p.1).

"Acreditação é o reconhecimento formal, levado a cabo por uma instituição autorizada, e como resultado de um processo de avaliação baseado em critérios e padrões pré-estabelecidos, para uma instituição educacional que tenha um sistema de administração autônomo e democrático e um projeto pedagógico que seja adequado com sua missão".

É importante reforçar que independência e autonomia são condições para uma instituição, comissão ou junta acreditada; portanto, é indesejável que ela seja por qualquer meio oficialmente ligada a qualquer organização governamental ou a uma instituição educacional particular.

O processo de acreditação também tem que ser ajustado às diferenças nacionais, econômicas, culturais, educacionais, regionais e sociais da comunidade na qual uma instituição específica e/ou programa ou curso, nas suas diferentes modalidades de oferta, estão inseridos.

Finalmente, o processo de acreditação não está dirigido somente à instituição que se candidatou a ele. Seus resultados são de interesse público e de enorme importância para a decisão do consumidor na escolha da instituição em que ele deve se matricular para um programa e/ou curso.

Como afirmado por Penna Firme (2001, p.4, apostila):

"A qualidade da acreditação é dependente da qualidade da avaliação. A definição de critérios e padrões de uma avaliação verdadeira, proposta pelo Comitê Unido Sobre Padrões da Avaliação Educacional, é muito importante para o desenvolvimento contínuo da avaliação e conseqüentemente da acreditação. Tais critérios são utilidade, viabilidade, ética e acuidade".

Dependendo da junta ou comissão de acreditação, há diferenças no processo de acreditação. Em geral isto envolve:

- a) um estabelecimento claro dos objetivos educacionais da instituição, da unidade, do programa e do curso;
- b) uma conformidade com os padrões estabelecidos que têm que ser atingidos antes que uma instituição seja considerada eleita;
- c) uma dimensão da avaliação institucional que envolve primeiramente uma avaliação institucional (auto-estudo);
- d) uma avaliação no local feita por uma equipe de grupos de iguais que visitarão a instituição e relatarão para uma junta de acreditação;
- e) a decisão da junta independente de acreditação.

Há níveis de aceitação e um processo completo poderia levar quando muito seis anos para ser cumprido. Por exemplo, a Comissão Acreditação de Escolas de Carreira e Universidades de Tecnologia (ACCST), uma das Instituições de Acreditação Norte-Americana, pode:

- a) acreditar a instituição;
- b) creditá-la com estipulações com as quais as instituições têm que concordar por escrito;
- c) protelar qualquer decisão até que seja submetida a informações adicionais; e/ou o relatório seja submetido a uma Comissão Representativa depois de visita à escola.

Nossa Pesquisa e Serviços em Acreditação

A Fundação Cesgranrio vem desenvolvendo programas de avaliação para os sistemas educacionais brasileiros nos níveis federal, estadual e municipal por mais de trinta anos, objetivando o estabelecimento de padrões de ensino. No presente, estamos enfocando avaliação e desenvolvimento institucional, assim como a acreditação do ensino superior e instituições de saúde.

A acreditação também será aplicada a hospitais públicos da cidade do Rio de Janeiro como uma estratégia de melhoria de qualidade nos serviços de saúde. Serão testados conforme os padrões enfocados no cuidado de pacientes e na organização. O *Consórcio Brasileiro de Acreditação de Sistemas e Serviços de Saúde (CBA)* tem um acordo com a Comissão Unida Internacional (JCI) dos Estados Unidos da América para aplicar uma metodologia em acreditação, baseada nos padrões internacionais, nos hospitais do Rio de Janeiro. O objetivo é acreditar 5 hospitais municipais em um período de dois anos.

O desafio que temos à frente e ao qual estamos dedicados é desenvolver tais modelos de avaliação e acreditação para serem oferecidos para o público de políticos, líderes do governo, empresários e para a sociedade como um todo.

ABSTRACT

The article shows the problem of the institutional evaluation and accreditation as a base to the Quality of Distance Education in a knowledge society. It analyses the methodology of the distance education, comparing it with the conventional education, and its importance to the developed countries. It also reports the Brazilian Policy of Distance Education and educational programs created in this area, such as: TV Escola, PROINFO, PROFORMAÇÃO AND PAPED, analyzing their weak and strong points and recognizing the importance of the expansion of the Distance Education besides the non academic programs and post graduation courses. It ends emphasizing the importance of the Institutional Evaluation and accreditation to the improvement of the offered services to the society as a whole and, mainly, as a support to the growth and improvement of the quality of the Distance Education in Brazil.

Keywords: Distance Education – Evaluation – Accreditation – Institutional Evaluation – Elementary School.

RESUMEN

El artículo expone la problemática de la Evaluación Institucional y Acreditación como base para Calidad de Enseñanza a Distancia en una sociedad de conocimiento. Analiza la metodología de la enseñanza a distancia, comparándola con la enseñanza convencional, y su importancia para los países desarrollados. También relata la Política Brasileña de Educación a Distancia y programas educativos creados en esta área, tales como: TV Escola, PROINFO, PROFORMAÇÃO, Y PAPER, analizando sus puntos débiles y fuertes y reconociendo la importancia de la expansión de la Educación a Distancia para además de los programas no académicos y cursos de postgrado. Finaliza resaltando la importancia de la Evaluación Institucional y Acreditación en la mejora de los servicios ofrecidos de calidad de la Enseñanza a Distancia en Brasil.

Palabras-clave: Educación a Distancia – Evaluación – Acreditación – Evaluación Institucional – Enseñanza Fundamental.

Referências Bibliográficas

ACCREDITING COMMISSION OF CAREER SCHOOLS AND COLLEGES OF TECHNOLOGY: ACCST and accreditation: helping good schools become better schools. [s.l.] Spring, 2001. p.A1 - F-11.

BRASIL. Lei n. 10.172 de 10 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação, e dá outras providencias. *Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência: Legislação Federal e Marginália*, São Paulo v.65, t.1, p.77-157, jan. 2001. Publicado no Diário Oficial da República Federativa do Brasil, em 10-01-2001.

Lei n. 9.962 de 22 de fevereiro de 2000. Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e funcional, e dá outras providências. *Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência: legislação federal e marginália*. São Paulo, v.64, tomo 2, p. 872-3, fev.2000. D.O. 38 de 23 - 2 - 2000. p. 1.

CONNICK, G.P. (Ed.). *The distance learner's guide*. New Jersey: Prentice Hall, 1999.

DAGNINO, B.V. *Acreditação escolar: um sumário*. Trabalho apresentado na Oficina de Trabalho em Acreditação Escolar. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, 2001. Apostila.

OLIVEIRA, C., VILLARDI, R. Distance education as a strategy to the development of Brazilian work-force: from absence and rigidity to positive trends and flexibility. In: CONFERÊNCIA, 19, 1999, Viena. *Anais...* Viena: ICDE, 1999. CD-Rom.

PASCUAL, L., MISRAHI, C. (Ed.). *Presente y futuro de la Educación a Distancia en La América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: ICDE, 1999.

PENNA FIRME, Thereza. *Acreditação escolar: tendências e perspectivas*. In: Pinto, F.C. *Oficina de Trabalho em Acreditação Escolar*. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, 2001. Apostila.